



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.



RELATÓRIO DE GESTÃO

E

CONTAS DO EXERCÍCIO

2018



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

N

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO DE 2018

1. INTRODUÇÃO

O Estaleiro Naval da Madalena do Pico, gerido pela Naval-Canal, Lda., ao abrigo de um contrato de concessão oportunamente celebrado com a Portos dos Açores, S.A., mantém uma importância relevante no apoio que presta aos pequenos armadores locais, às pequenas embarcações de pesca, a diferentes embarcações das atividades marítimo-turísticas e às embarcações do tráfego local, aqui se incluindo os navios de transporte de passageiros, como o “Cruzeiro das Ilhas” e o “Cruzeiro do Canal” e os cargueiros, como o “Cristiano S” e o “Lusitânia”, além dos areeiros, caso do “Coral da Horta”, embarcações que, no seu conjunto, desempenham uma ação importante na economia dos Grupos Central e Ocidental do arquipélago dos Açores.

Importa frisar, neste contexto, que a atividade e, mesmo, a existência da Naval-Canal, Lda. tem sido entendida como a de uma entidade prestadora de verdadeiro “serviço público”, sem aprofundamento real do fim último de qualquer sociedade comercial, que é o da geração de lucros e garantia de rentabilidade da sua atividade, a favor do proprietário ou acionista.

A Naval-Canal, Lda., sociedade comercial que detém – como se referiu – a exploração do Estaleiro Naval da Madalena do Pico, irá ser alvo, no corrente ano de 2019, de um procedimento, promovido pelo acionista único, a Portos dos Açores, S.A., de alienação de 100% das suas quotas, através de negociação particular, com prévio anúncio público, nos termos do disposto na Resolução do Conselho do Governo n.º 74/2018, de 20 de junho, que determina a alienação de diferentes participações sociais do *Sector Público Empresarial Regional*.

Neste contexto, e numa perspetiva de tornar a empresa mais apetecível para o procedimento de alienação em vista – o mesmo se dizendo relativamente aos espaços do domínio público que estão à sua conta –, a Naval-Canal, Lda. tem vindo a prosseguir, desde final de 2018, em conjunto com o detentor do seu capital social, a realização de melhorias de algumas das suas infraestruturas, como sejam os muros delimitadores do espaço do estaleiro naval e respetivas vedações. Em simultâneo, foi já promovida a demolição da nave principal do edifício do hangar/oficinas de apoio, cujas paredes ameaçavam ruína e que não dispunha já de cobertura.



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

A empresa e a infraestrutura que lhe está associada têm vindo a subsistir nos últimos anos através da prestação dos serviços que se promovem e que têm consistido, em primeira linha, na varagem e arriagem de embarcações afetas à pesca, à atividade marítimo-turística e ao tráfego local.

A escassez de recursos humanos da empresa – apenas três profissionais – e a tradicional permissão, por costume e perpetuação de hábitos, de algumas reparações serem efetuadas pelos próprios proprietários das embarcações ou suas tripulações e trabalhadores, no interior do estaleiro naval, não tem permitido que a Naval-Canal, Lda. agregue receitas que lhe permitam desenvolver o negócio e alargar o seu leque de proventos, o que tendencialmente continuará a verificar-se em 2019, no atual quadro empresarial.



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DA EMPRESA

No ano de 2018 a Naval-Canal, Lda. aumentou os custos com o pessoal, porque foi promovida a regularização das diuturnidades, tendo passado de um valor de € 49.893,71 em 2017 para o valor de € 51.846,85 em 2018.

As vendas e os serviços prestados ficaram aquém do esperado, tendo passado de um valor de € 64.201,45 em 2017 para o valor de € 55.033,42 em 2018.

No último exercício a empresa cumpriu as suas obrigações com os trabalhadores e com a Autoridade Tributária.



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

M.

3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

CC BY-NC-SA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NAVAL CANAL ESTALEIROS CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL LDA.

Valores em EURO
Página 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2018	31 Dez 2017
Verbas e serviços prestados		55.033,42	64.201,45
Fornecimentos e serviços externos		(5.577,96)	(4.405,56)
Gastos com o pessoal		(51.846,85)	(49.893,71)
Outros gastos e perdas		(1.351,75)	(1.617,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(3.743,14)	8.284,61
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(9.396,05)	(9.396,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(13.139,19)	(1.111,44)
Juros e gastos similares suportados		(752,11)	(725,33)
Resultado antes de impostos		(13.891,30)	(1.836,77)
Imposto sobre o rendimento do período		(70,00)	(6,60)
Resultado líquido do período		(13.961,30)	(1.843,37)



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

A.

4. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2018 a empresa estava em dívida perante a Segurança Social, desta forma:

- a) € 6.266,04 a regularizar no início de 2019;
- b) € 2.188,87 sob acordo de pagamento do processo 19012017000144584.

A 31 de dezembro de 2018 a Naval-Canal, Lda. não tinha mais dívidas a quaisquer outras entidades públicas.



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

A.

5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não existiram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do exercício.



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

M

6. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A empresa teve um resultado líquido negativo no ano de 2018 no valor de - € 13.961,30.



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

A

7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

Prevê-se que haja uma evolução da atividade no ano de 2019, tendo em conta as melhorias entretanto introduzidas no Estaleiro Naval da Madalena do Pico.

Sendo a empresa neste ano efetivamente alienada, através da venda das suas quotas sociais, a sua atividade irá ser, certamente, reequacionada, sobretudo se os novos proprietários do capital se mostrarem conhecedores do ramo de negócio da reparação naval e forem capazes de atrair nova(s) clientela(s) ou fomentar novas áreas de negócio.



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

A.

8. PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES

Continua pendente a situação referente ao processo judicial n.º 412/08.1TBHRT, referido em relatórios anteriores, no qual era requerente a Allianz Global e ré a Naval Canal – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda., ação decorrente de uma operação de varagem da embarcação “CATBAR” no porto da Horta, a 18 de Junho de 2007, processo no qual o armador da dita embarcação também intervinha, reclamando à Naval-Canal, Lda. indemnização pela desvalorização da embarcação e por prejuízos morais.

No âmbito do aludido processo a seguradora (Allianz) e proprietária do iate “CATBAR” (Kirbyhill) pediam indemnização contra a ré com o valor total de € 126.099,89 (€ 49.383,65 + € 76.716,24), distribuídos do seguinte modo:

a) Pedido formulado pela seguradora Allianz:

- € 41.383,65 + € 8.000 = € 49.383,65

b) Pedido formulado pela proprietária Kirbyhill:

- € 64.216,24 + € 10.000 + € 2.500 = € 76.716,24

Em reconvenção, a Naval-Canal, Lda. formulou contra a proprietária Kirbyhill pedido quanto à quantia de € 1.800,00, para pagamento de operação de varagem que nunca foi liquidada.

Por sentença, notificada por ofício datado de 12 de Novembro de 2013, foi decidido o seguinte:

1. **Absolvição da Naval-Canal, Lda. de:**

- € 8.000 (seguradora Allianz)
- € 10.000 (proprietária Kirbyhill)

2. **Condenação da Naval-Canal, Lda. a pagar:**

- À seguradora Allianz: € 41.383,65
- À proprietária Kirbyhill: € 2.500



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

- À proprietária Kirbyhill: o montante da desvalorização da embarcação, a definir em sede de liquidação em execução de sentença (diferença entre o valor da embarcação antes do acidente e o seu valor de mercado depois do acidente, após realizadas as reparações definitivas).

3. Condenação da proprietária Kirbyhill a pagar à Naval-Canal, Lda.:

- O montante a definir em sede de liquidação de sentença, relativo à realização da operação de varagem que aquela acabou por nunca pagar (*Nota: em sede de reconvenção, a Naval-Canal, Lda. quantificou em € 1.800,00 o preço devido, pelo que, caso se avance para a liquidação de sentença, defender-se-á esse valor, acrescido dos respetivos juros de mora*).

Face ao conteúdo da sentença, e ponderando as vantagens e inconvenientes de eventual recurso da decisão, bem como as escassas hipóteses de obter revogação substancial da decisão contrária, optou-se por negociar um acordo com a seguradora Allianz e a proprietária Kirbyhill, visando a máxima redução dos montantes indemnizatórios (designadamente, através da supressão dos juros, de natureza comercial e, portanto, bastante onerosos, e ainda da redução do próprio capital indemnizatório).

Foi obtido acordo com a proprietária Kirbyhill, que consistia no pagamento de € 32.500,00 (€ 15.000,00 iniciais + € 8.750,00 em 6 meses + € 8.750,00 aos 12 meses).

Cumprimos na íntegra o acordo.

Com a seguradora Allianz ainda não foi alcançado qualquer acordo.



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

A.

9. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

A empresa não tem empréstimos bancários.



NAVAL-CANAL

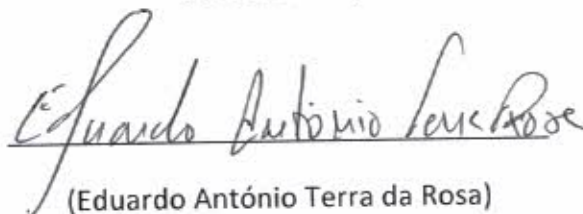
Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

10. AGRADECIMENTOS

A Gerência da empresa agradece a colaboração prestada por todos os colaboradores, clientes, fornecedores, instituições bancárias e demais entidades que com ela se relacionaram.

Madalena (Pico), 25 de Fevereiro de 2019

A GERÊNCIA,


(Eduardo António Terra da Rosa)



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

A

ANEXO I – 2018

Denominação (firma): Naval-Canal – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

Tipo: Sociedade por quotas (constituída por escritura pública datada de 04.04.2003).

Objecto da sociedade: Construção, reparação e manutenção de embarcações de madeira, fibra de vidro, aço e alumínio, alagem, arriagem, aluguer e gestão de embarcações e tripulações e serviços de *bunker*.



Sede: Estaleiro Naval do Porto da Madalena, Concelho da Madalena, Ilha do Pico.

NIF: 512 076 227.

Capital social: € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), correspondendo a três quotas [respetivamente, de € 12.750,00, € 6.125,00 e € 6.125,00] pertencentes, no seu conjunto, ao sócio Portos dos Açores (PA), S.A.

Gerência e administração da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, ativa e passivamente: Portos dos Açores, S.A., representada por Eduardo António Terra da Rosa, Coordenador dos Portos do Pico, do Departamento de Operações Portuárias da Direcção-Geral dos Portos do Triângulo e Grupo Ocidental da PA, S.A.

Número de trabalhadores ao serviço da empresa em 2018/12/31: 3 (três) funcionários – asseguram serviço de mecânica, pintura e reparações em fibra de vidro.



NAVAL-CANAL

Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

A.

ANEXO II

(2018)

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANCETE GERAL

BALANCETE DO RAZÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

RELATÓRIO DA CENTRAL DE RESPONSABILIDADES DE CRÉDITO

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE FINAL DE EXERCÍCIO

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NAVAL CANAL ESTALEIROS CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL LDA.

Valores em EURO

Página 1

RÚBRICAS	NOTAS	31 Dez 2018	31 Dez 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	56.940,06	66.336,11
		56.940,06	66.336,11
		56.940,06	66.336,11
Ativo corrente			
Clientes	7	26.255,92	34.829,64
Estado e outros entes publicos	9	3.221,42	3.179,42
Diferimentos	15	371,87	
Caixa e depósitos bancários	4	5.124,32	145,01
		34.973,53	38.154,07
		34.973,53	38.154,07
Total do ativo		91.913,59	104.490,18
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Realizado	10	25.000,00	25.000,00
Reservas legais	11	2.032,65	2.032,65
Resultados transitados	12	(89.222,58)	(87.379,21)
Resultado liquido do período		(13.961,30)	(1.843,37)
Total do capital próprio		(76.151,23)	(62.189,93)
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	13	118.000,00	118.000,00
		118.000,00	118.000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	8	32.021,73	27.858,80
Estado e outros entes publicos	9	11.400,49	11.558,20
Outras contas a pagar	14	6.642,60	9.263,11
		50.064,82	48.680,11
		50.064,82	48.680,11
Total do passivo		168.064,82	166.680,11
Total do capital próprio e do passivo		91.913,59	104.490,18

Ana Carvalho

Eduardo Louçã

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

NAVAL CANAL ESTALEIROS CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL LDA.

Valores em EURO

Página 1

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 Dez 2018	31 Dez 2017
Vendas e serviços prestados	16	55.033,42	64.201,45
Fornecimentos e serviços externos	17	(5.577,96)	(4.405,56)
Gastos com o pessoal	18	(51.846,85)	(49.893,71)
Outros gastos e perdas	19	(1.351,75)	(1.617,57)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(3.743,14)	8.284,61
Gastos/reversões de depreciação e amortização	20	(9.396,05)	(9.396,05)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(13.139,19)	(1.111,44)
Juros e gastos similares suportados	21	(752,11)	(725,33)
Resultado antes de impostos		(13.891,30)	(1.836,77)
Imposto sobre o rendimento do período	22	(70,00)	(6,60)
Resultado líquido do período		(13.961,30)	(1.843,37)

Ana Conceição

Eduardo

Naval Canal Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2018

	Notas	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		63.607,14	51.009,45
Pagamentos a fornecedores		-1.415,03	-583,95
Pagamentos ao pessoal		-54.467,36	-49.866,87
Caixa gerada pelas operações		7.724,75	558,63
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-48,60	630,82
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional		-1.944,73	2.643,84
Fluxos das atividades operacionais (1)		5.731,42	3.833,29
Fluxos de Caixa das Atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e proveitos similares			
Dividendos			
Fluxos das atividades de investimento (2)		0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-26,44	-3.726,41
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares		-752,11	-725,33
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos das atividades de financiamento (3)		-778,55	-4.451,74
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		4.952,87	-618,45
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		171,45	789,90
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	5.124,32	171,45

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rosário

A GERÊNCIA

Eduardo

M.1

Naval-Canal Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda.

Anexo às Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018

1. Identificação da entidade

A Naval-Canal Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda. é uma sociedade por quotas com sede no Porto da Madalena, Ilha do Pico. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local.

A sua actividade principal é a construção, reparação e manutenção de embarcações de madeira, fibra de vidro, aço e alumínio e o seu CAE principal é 30112.

O capital social da empresa é detido na totalidade pela Portos dos Açores, SA.

A empresa durante o ano 2018 tinha 3 trabalhadores ao seu serviço.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Bases de apresentação

Como a empresa é uma microentidade, as demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36 – A /2011. de 9 de Março.

Os instrumentos legais onde se reúnem os conteúdos aplicáveis às microentidade para além do mencionado decreto-lei são os seguintes:

- Decreto-Lei 35/2010, de 2 de Setembro
- Portaria 104/2011, de 14 de Março - Modelos de Demonstrações Financeiras
- Portaria 107/2011, de 14 de Março – Código de Contas
- Aviso n.º 6726 – A/2011, de 14 de Março – NC-ME

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo estão expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual.

2.2 Disposições derrogadas

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade das rubricas do balanço e da demonstração de resultados

As quantias referentes aos itens do activo, do passivo, do capital próprio, dos rendimentos e dos gastos da entidade são em toda a sua extensão, comparáveis com as do período anterior.

M.

3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Ativos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Vida útil

<u>Classe de bens</u>	<u>Anos</u>
Equipamento básico	10
Equipamento Administrativo	8
Ferramentas e utensílios	4

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gasto.

Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado de três anos. Não é considerada qualquer quantia residual.

Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício de acordo com o pressuposto do acréscimo.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos tangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida quando aqueles activos estão disponíveis para utilização ou no final da construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

M

Instrumentos financeiros

i) Clientes

As vendas são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de clientes são mensuradas ao custo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" representa o imposto corrente.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

Rédito

O rédito associado a uma prestação de serviços é reconhecido quando i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efectivo dos bens vendidos, iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

A

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Na preparação das demonstrações financeiras foram devidamente tomadas em consideração as quatro principais características qualitativas enunciadas na estrutura conceptual do Sistema de Normalização Contabilística: compreensibilidade, relevância, fiabilidade e comparabilidade.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumções efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

A Sociedade apresenta um total do capital próprio negativo, pelo que terá de proceder de acordo com o Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros pagos como atividades de financiamento e os juros recebidos como atividades de investimento.

A 31 de Dezembro de 2018 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

	2018	2017
Caixa	75,14	46,26
Depósitos à ordem	5.049,18	125,19
	<hr/> 5.124,32	<hr/> 171,45



V.A.

5. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Terrenos	Edifícios	Equipamento				Total
			Básico	Transporte	Administrativo	Outros	
Quantia escriturada bruta inicial	0,00	0,00	109.700,39	0,00	903,93	1.542,78	112.147,10
Depreciações acumuladas iniciais	0,00	0,00	-43.364,28	0,00	-903,93	-1.542,78	-45.810,99
Quantia escriturada líquida inicial	0,00	0,00	66.336,11	0,00	0,00	0,00	66.336,11
Adições						0,00	
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das adições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diminuições						0,00	
Depreciações	0,00	0,00	-9.396,05	0,00	0,00	0,00	-9.396,05
Total das diminuições	0,00	0,00	-9.396,05	0,00	0,00	0,00	-9.396,05
Quantia escriturada líquida final	0,00	0,00	56.940,06	0,00	0,00	0,00	56.940,06

6. Ativos fixos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Activos intangíveis	
Custo de aquisição	Programas de Informática
Quantia escriturada bruta inicial	510,00
Depreciações acumuladas iniciais	-510,00
Quantia escriturada líquida inicial	0,00
Adições	
Outras	0,00
Total das adições	0,00
Diminuições	
Depreciações	0,00
Total das diminuições	0,00
Quantia escriturada líquida final	0,00

7. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Maturidade	2018	2017
a Receber	Euros	Euros
< 90 dias	12.794,09	15.312,53
90 - 180 dias	2.763,47	1.572,23
> 180 dias	10.698,36	17.944,88
	26.255,92	34.829,64
Natureza		
Clientes c/c:	Euros	Euros
Nacionais	26.255,92	34.829,64
Comunitários	0,00	0,00
Outros mercados	0,00	0,00
	26.255,92	34.829,64

8. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Maturidade	2018	2017
	Euros	Euros
a Pagar		
< 90 dias	1.873,26	1.295,16
90 - 180 dias	618,55	1.091,52
> 180 dias	29.529,92	25.472,12
	<u>32.021,73</u>	<u>27.858,80</u>
Natureza		
Fornecedores c/c:		
Nacionais	32.021,73	27.858,80
Comunitários	0,00	0,00
Outros mercados	0,00	0,00
	<u>32.021,73</u>	<u>27.858,80</u>

9. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

	2018		2017	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento:				
Pagamento especial por conta	3.221,42		3.179,42	
Retenções na fonte				
Estimativa de imposto		70,00		6,60
Retenções efectuadas a terceiros:				
Trabalho dependente		129,00		207,00
Imposto sobre o valor acrescentado		2.746,58		2.116,48
Contribuições para sistemas de protecção social		6.266,04		2.419,51
Segurança Social - Acordo prestacional		2.188,87		6.808,61
	<u>3.221,42</u>	<u>11.400,49</u>	<u>3.179,42</u>	<u>11.558,20</u>

A Sociedade é devedora à Segurança Social da quantia de 6.266,04€, correspondente às contribuições dos meses de Agosto a Dezembro de 2018.

Em 13 de Dezembro de 2017 aderiu a um plano prestacional de 24 prestações mensais de 223,67€, Processo 19012017000144584 no valor de 5.368,15€, correspondente às contribuições dos meses de Junho a Outubro de 2017 com início em Janeiro de 2018. Em 31 de Dezembro de 2018 encontrava-se em dívida o valor de 2.188,80€, encontrando-se já paga a prestação relativa ao mês de Março de 2019.

10. Capital

Os saldos a 31 de Dezembro de 2018 e 2017 de 25.000,00€ compreendem 3 quotas, duas delas com um valor nominal de 6.125,00€ cada e uma quota com o valor nominal de 12.750,00€ pertencentes à Portos dos Açores, SA., as quais se encontram integralmente realizadas.

11

11. Reservas legais

O art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

As Reservas Legais totalizam 2 032,65€, por impossibilidade de concretização devido a seis anos consecutivos de resultados negativos.

12. Resultados Transitados

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

	2018	2017
Saldo inicial	-87.379,21	-68.249,32
Aplicação de resultados do período anterior	<u>-1.843,37</u>	<u>-19.129,89</u>
Saldo final	-89.222,58	-87.379,21

O valor acumulado de seis anos consecutivos de resultados negativos fez com que o total do capital próprio assumisse o valor negativo de 76.151,23€ em 2018 e valor igualmente negativo de 62.189,93€ em 2017.

13. Financiamentos obtidos

A conta Financiamentos obtidos totaliza o valor de 118.000,00€ assim discriminado:

- 8 000,00€ relativo ao valor do contrato de mútuo realizado entre a Portos dos Açores, SA e a Naval Canal pelo prazo de 6 meses, com início em 1 de Setembro de 2015 e termo em 1 de Março de 2016, sendo reembolsado de uma só vez, data em que serão devidos juros contados dia a dia a uma taxa de 4% ao ano.

- 110 000,00€ relativo ao valor do contrato de mútuo realizado entre a Portos dos Açores, SA e a Naval Canal pelo prazo de 9 meses, com início em 21 de Setembro de 2015 e termo em 21 de Junho de 2016, sendo reembolsado de uma só vez, data em que serão devidos juros contados dia a dia a uma taxa de 4% ao ano. Até à data não houve disponibilidade financeira para a concretização dos reembolsos mencionados.

14. Outras contas a pagar

A rubrica outras contas a pagar é analisada como segue:

	2018	2017
Remunerações a pagar		2.620,51
Encargos c/ férias a liquidar em 2017	<u>6.642,60</u>	<u>6.642,60</u>
	6.642,60	9.263,11

15. Diferimentos

Nesta rubrica está registado o valor de 371,87€ pago de Seguro de Acidentes de Trabalho do pessoal ao serviço da empresa, relativo ao período de 2018.

16. Serviços prestados

Os serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Prestações de serviços	2018	2017
Mercado Nacional	55.033,42	64.201,45

17. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	2018	2017
Serviços especializados:		
Subcontratos		
Trabalhos especializados	3.084,00	3.020,00
Vigilância e segurança		
Honorários		
Conservação e reparação	1.099,16	121,86
Serviços bancários	278,21	80,00
Material:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		99,03
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	385,00	384,91
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas		
Serviços diversos:		
Comunicação	214,09	201,43
Seguros		68,33
Contencioso e notariado	80,00	80,00
Despesas de representação	437,50	
Limpeza, higiene e conforto		350,00
Outros serviços		
	<u>5.577,96</u>	<u>4.405,56</u>

18. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com o pessoal é analisada como segue:

	2018	2017
Remunerações do pessoal	41.409,13	39.781,44
Encargos sobre remunerações	9.060,91	8.716,03
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	1.376,81	1.396,24
Outros gastos com pessoal		
	<u>51.846,85</u>	<u>49.893,71</u>

O número médio de pessoas ao serviço da entidade foi de 3 trabalhadores em 2018 e 2017.

A

19. Outros gastos e perdas

A rubrica de outros gastos e perdas é analisada como segue:

	2018	2017
Impostos	6,40	3,21
Correcções relativas a períodos anteriores	32,78	
Pagamento especial por conta não recuperável	631,40	1.400,00
Multas e penalidades	<u>681,17</u>	<u>214,36</u>
	1.351,75	1.617,57

20. Gastos/reversões de depreciação e amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e amortização é analisada como segue:

	2018	2017
Gastos de depreciação:		
Activos fixos tangíveis	<u>9.396,05</u>	<u>9.396,05</u>
	9.396,05	9.396,05

21. Juros e gastos similares suportados

A rubrica de Juros e gastos similares suportados é analisada como segue:

	2017	2017
Empréstimos bancários	0,00	725,33
Gastos Bancários	265,42	
Juros de mora e compensatórios	<u>486,69</u>	<u>0,00</u>
	752,11	725,33

22. Imposto sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos apresentam-se como segue:

	2018	2017
Resultado líquido contabilístico	-13.961,30	-1.843,37
Impostos	<u>70,00</u>	<u>6,60</u>
	-13.891,30	-1.836,77
A acrescentar:		
Multas e juros compensatórios	915,79	598,54
Correcções relativas a períodos anteriores	32,78	
Pagamento especial por conta não dedutível	<u>631,40</u>	<u>1.400,00</u>
Soma dos acréscimos,	<u>1.579,97</u>	<u>1.998,54</u>
Lucro/prejuízo fiscal	-12.311,33	161,77
Prejuízos fiscais dedutíveis	0,00	-113,24
Matéria colectável	-12.311,33	48,53
Imposto sobre o rendimento	0,00	6,60
Tributação autónoma	70,00	0,00
	70,00	6,60

23. Divulgações de partes relacionadas

O capital social da empresa no valor de 25 000,00 €, constituído por 3 quotas, duas delas com um valor nominal de 6.125,00 € cada e uma quota com o valor nominal de 12.750,00 € é detido na totalidade pela Portos dos Açores, SA., contribuinte n.º 512077843.

Durante o ano de 2018 a Naval Canal faturou à Portos dos Açores, SA. serviços prestados no valor de 15.433,75 € acrescidos de 18% de IVA, totalizando na conta de clientes um valor de 18.211,83 €.

Em 31 de Dezembro de 2018 a Portos dos Açores, SA. era devedora de 4.696,70 €.

Em 31 de Dezembro de 2018 a Portos dos Açores, SA. era credora de 330,90 €, saldo existente desde Abril de 2015.

24. Passivos contingentes

Referente ao processo judicial n.º 412/08.1TBHRT, referido em relatórios anteriores, no qual era requerente a Allianz Global e ré a Naval Canal – Estaleiros de Construção e Reparação Naval, Lda., acção decorrente de uma operação de varagem da embarcação "CATBAR" no porto da Horta, a 18 de Junho de 2007, processo no qual o armador da dita embarcação também intervinha, reclamando à Naval Canal, Lda. indemnização pela desvalorização da embarcação e por prejuízos morais.

Por sentença, notificada por ofício datado de 12 de Novembro de 2013, foi decidido o seguinte:

1. Absolução da Naval Canal, Lda. de:
 - € 8.000 (Seguradora Allianz)
 - € 10.000 (proprietária Kirbyhill)
2. Condenação da Naval Canal, Lda. a pagar
 - À seguradora Allianz: € 41.383,65
 - À proprietária Kirbyhill: € 2.500
 - À proprietária Kirbyhill: o montante da desvalorização da embarcação, a definir em sede de liquidação em execução de sentença (diferença entre o valor da embarcação antes do acidente e o seu valor de mercado depois do acidente, após realizadas as reparações definitivas).

Face ao conteúdo da sentença, e ponderando as vantagens e inconvenientes de eventual recurso da decisão, bem como as escassas hipóteses de obter revogação substancial da decisão contrária, optou-se por negociar um acordo com a seguradora Allianz e a proprietária Kirbyhill, visando a máxima redução dos montantes indemnizatórios (designadamente, através da supressão dos juros, de natureza comercial e, portanto, bastante onerosos, e ainda da redução do próprio capital indemnizatório).

Foi obtido acordo com a proprietária Kirbyhill, que consiste no pagamento de € 32.500,00 (€ 15.000,00 iniciais + € 8.750,00 em 6 meses + € 8.750,00 aos 12 meses) valores que já foram liquidados no decorrer de 2014 e 2015.

Com a seguradora Allianz ainda não foi alcançado qualquer acordo.

25. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos que deem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da empresa.

26. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 25 de Fevereiro de 2018.

O Contabilista Certificado

Ros Carvalho

A Gerência

Eduardo N. J.